



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2003

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

José Antônio Gragnani

Luiz Tacca Júnior

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bento André de Oliveira

Daniel Sigelmann

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2^o andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 9, n. 8, ago. 2003. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em agosto, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 2,6 bilhões, elevando o resultado acumulado no ano para R\$ 34,6 bilhões, valor equivalente a 3,44% do PIB estimado para o período (0,72 ponto percentual acima do valor de 2002). O Tesouro Nacional contribuiu com superávit de R\$ 4,7 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 2,2 bilhões e R\$ 19,4 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central, cuja meta anual é de 2,45% do PIB, superavitário em agosto em R\$ 2,6 bilhões. No ano, o superávit acumulado atinge o equivalente a 3,44% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	JUL 2003	AGO 2003	JAN-AGO 2002	JAN-AGO 2003
I. RECEITA TOTAL	29.595,5	28.200,0	201.947,1	231.011,2
I.1. Receitas do Tesouro	23.188,3	21.665,4	158.672,0	182.716,0
I.1.1 Receita Bruta	24.502,5	22.302,4	163.651,3	187.953,7
I.1.2. (-) Restituições	-1.314,2	-637,0	-4.880,0	-5.237,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-99,3	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.407,2	6.534,5	43.275,0	48.295,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.013,8	5.068,6	36.304,6	41.166,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	25.581,7	23.131,4	165.642,4	189.844,7
IV. DESPESA TOTAL	22.741,8	20.555,7	142.161,5	155.118,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.706,1	5.821,1	47.170,7	50.612,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.813,0	8.704,1	52.694,2	62.272,3
IV.3. Custeio e Capital	6.157,0	5.981,0	42.296,6	41.855,8
IV.3.1. Despesas do FAT	987,6	1.235,8	4.853,1	5.469,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	388,5	324,5	719,7	1.706,3
IV.3.3. Outras Despesas	4.780,9	4.420,6	36.723,8	34.680,1
IV.4. Transferência ao Banco Central	65,7	49,6	0,0	378,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.839,9	2.575,7	23.480,9	34.725,9
V.1. Tesouro Nacional	5.245,7	4.745,2	32.900,1	48.703,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-2.405,8	-2.169,5	-9.419,2	-13.977,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-29,5	-19,4	-442,4	-120,7
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.810,3	2.556,3	23.038,5	34.605,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,72%	3,44%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIACIONES
ACUMULADO: AGO2003/AGO2002**

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	14,4%
Tesouro	15,2%
Previdência	11,6%
Transferências	13,4%
Receita Líquida	14,6%
Despesas	9,1%
Benefícios	18,2%
Pessoal	7,3%
Custeio e Capital	-1,0%

Os principais fatores que afetaram o resultado em agosto, do lado da despesa, foram a diminuição dos gastos com pessoal (R\$ 1,9 bilhão) decorrente de efeitos sazonais – em julho, registrou-se o pagamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) devida aos servidores do Poder Executivo além de concentração de pagamento referente a férias do funcionalismo público – e do lado da receita, houve queda na arrecadação bruta (R\$ 1,4 bilhão), pelo menor número de semanas de fato gerador em agosto (quatro) em relação a julho (cinco) e em razão do recolhimento, em julho, da primeira cota ou cota-

Em agosto, as despesas do Governo Central diminuíram R\$ 2,2 bilhões em relação a julho.

única do IRPJ referente ao trimestre encerrado no mês de junho, sem contrapartida em agosto.

Até agosto de 2003, a receita líquida do Governo Central cresceu 14,61% frente um aumento das despesas da ordem de 9,11%, em relação a igual período de 2002.

**RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL
BRASIL, JAN-AGO (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receitas do Tesouro (*)	18,7%	18,2%
Transferências	4,3%	4,1%
Despesas do Tesouro	10,6%	9,2%
Resultado Primário	3,9%	4,8%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Boxe 1 – Revisão do PIB e Meta Fiscal

A meta de resultado primário do Governo Federal para 2003 foi estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias-2003 (Lei nº 10.524/2002) em R\$ 39,8 bilhões, equivalentes a 2,80% do PIB estimado à época (R\$ 1.422,1 bilhões), percentual compatível com a meta do setor público consolidado de 3,75% do PIB. O Governo Central seria responsável pela maior parte - R\$ 32,0 bilhões, equivalentes a 2,25% do PIB -, enquanto as estatais federais deveriam gerar R\$ 7,8 bilhões (0,55% do PIB), admitida a compensação entre essas esferas.

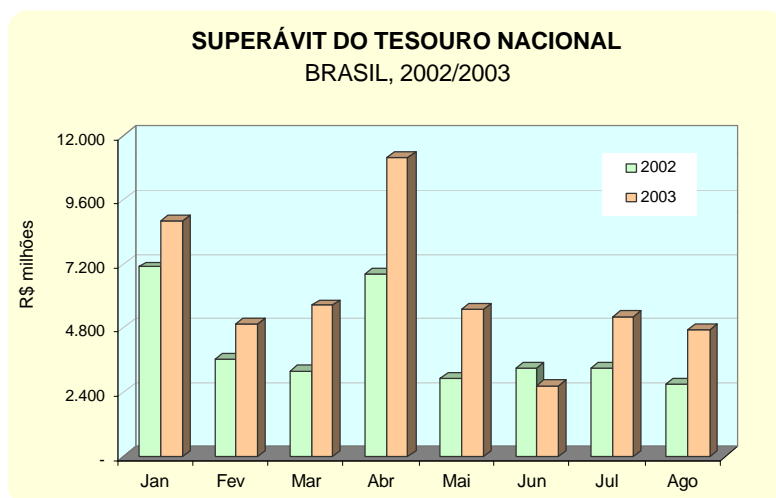
Ao início deste ano a meta do setor público passou para 4,25% do PIB, nível este compatível com a trajetória declinante, no médio prazo da relação dívida/PIB. O esforço fiscal adicional foi alocado no Governo Federal, cabendo ao Governo Central um superávit de 2,45% do PIB e às estatais federais um superávit primário equivalente a 0,70% do PIB. Essa ampliação foi expressa no Decreto nº 4.591/2003 que fixou a Programação Orçamentária e Financeira para o exercício adequando as despesas discricionárias do Governo Central à nova meta.

Naquele momento, estimava-se que o PIB nominal de 2003 alcançaria R\$ 1.596,8 bilhões, refletindo um crescimento real de 2,80% e variação de 16,12% do deflator implícito. O PIB nominal estimado quando da revisão da Programação Orçamentária e Financeira em abril, por ocasião da edição do Decreto nº 4.708/2003, não ficou distante do valor apontado em janeiro, pois a redução esperada do crescimento real (2,25%) foi compensada pela elevação do deflator implícito, refletindo a aceleração da inflação observada até aquela época. Nesse sentido, a alteração da meta de resultado primário, em termos nominais, seria pouco expressiva, fato que justifica sua manutenção.

A recente reavaliação dos parâmetros macroeconômicos, entretanto, indica redução significativa do valor estimado do PIB nominal de 2003 (R\$ 1.558,1 bilhões), decorrente de uma evolução favorável dos preços e de uma menor taxa de crescimento real da economia (0,98%), refletindo a contração verificada no segundo trimestre e sua incorporação no índice apurado pelo IBGE para o primeiro semestre.

Assim, a meta, enquanto proporção do PIB foi mantida, dando a justa medida do esforço fiscal necessário. Por outro lado, em termos nominais, o superávit primário requerido do Governo Central passou a ser R\$ 38,2 bilhões (R\$ 1,0 bilhão abaixo que o estipulado no Decreto nº 4.708/2003), enquanto as estatais federais deverão gerar um superávit primário de R\$ 10,9 bilhões (R\$ 0,3 bilhão abaixo que o constante no referido Decreto).

No ano, o resultado primário do Governo Central foi R\$ 11,6 bilhões (50,2%) superior ao obtido em igual período de 2002. De um lado, houve expansão da receita líquida em R\$ 24,2 bilhões (14,61%) e, de outro, o comportamento menos dinâmico da despesa, a qual suplantou em R\$ 13,0 bilhões (9,11%) o acumulado até agosto do ano passado. Como proporção do PIB, o aumento do resultado primário no ano se deu apesar da diminuição da “carga tributária”, isto é, a retração na receita líquida em 0,65 ponto percentual do PIB.



Em 2003, as receitas do Tesouro Nacional cresceram 15,51%, em relação ao obtido em igual período de 2002.

As receitas do Tesouro Nacional (líquidas de restituições e incentivos fiscais) cresceram R\$ 24,0 bilhões (15,15%), espelhando parte do crescimento do PIB em termos nominais e a depreciação da taxa de câmbio. Em relação ao PIB, no entanto, a participação desse agregado sofreu redução de 0,50 ponto percentual, explicada, em boa medida, pela ausência de receitas atípicas expressivas este ano, relativamente a 2002. Ademais, outros fatores afetaram negativamente o nível de arrecadação de 2003, tais como: i) decisões judiciais desfavoráveis no âmbito da Contribuição por Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e ii) reestruturação de alíquotas com redução em setores importantes como produtos químicos e metalurgia básica (Decreto nº 4.441/2002) e do Imposto de Importação (II).

As transferências a entes subnacionais cresceram R\$ 4,9 bilhões em termos nominais (13,4%) vis-a-vis o mesmo período de 2002. No entanto, caíram cerca de 0,20 ponto percentual do PIB, reflexo da redução das receitas partilhadas este ano *vis-à-vis* igual período de 2002. Conforme já descrito, os ingressos atípicos, concentrados particularmente no Imposto de Renda, não se repetiram na mesma intensidade este ano, e a arrecadação do IPI esteve, ao longo desse ano, sujeita aos efeitos das decisões judiciais desfavoráveis à União. Por outro lado, vale ressaltar o aumento das transferências de *royalties*, em função da arrecadação da cota-parte de compensações financeiras observada no período.

As despesas de pessoal e encargos sociais apresentaram crescimento de R\$ 3,4 bilhões (7,3%) em relação ao período de janeiro a agosto de 2002. Em percentual do PIB, no entanto, observou-se redução dessas despesas em 0,54 ponto percentual. A despesa com custeio e capital também registrou queda de R\$ 440,8 milhões (1,0%), reduzindo sua participação em relação ao PIB em

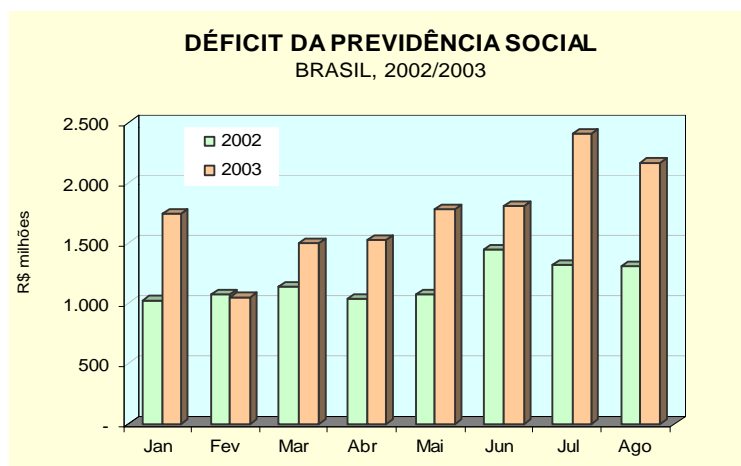
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Receita Total	23,87%	23,03%
Transferências	4,29%	4,09%
Receita Líquida	19,59%	18,94%
Despesa Total	16,87%	15,50%
Resultado Primário	2,72%	3,44%

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	3,43%	3,12%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,28%
Demais	0,54%	0,69%
Total	4,29%	4,09%

0,83 ponto percentual. Cabe destacar que no período que os Ministérios diretamente ligados a ações sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) seguem utilizando, de forma expressiva, os recursos disponibilizados (92,8% de seus limites de pagamento), ao passo os demais Ministérios, onde há maior grau de discricionariedade, o aumento tem sido gradual, atingindo atualmente aproximadamente 73,0%.

Por fim, o déficit da Previdência Social (Regime Geral da Previdência Social - RGPS) foi de R\$ 14,0 bilhões até agosto, tendo crescido R\$ 4,6 bilhões (48,39%) em relação a igual período de 2002. Em percentual do PIB, o déficit do RGPS passou de 1,11% para 1,39%. O aumento no déficit previdenciário é consequência do maior dinamismo dos gastos com benefícios (cresceram 18,18% no ano), impulsionados pelos reajustes do piso e dos demais benefícios, bem como pela ampliação do contingente de beneficiários, em relação à arrecadação de contribuições (crescimento de apenas 11,6% no ano).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-AGO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Contribuição	43,3	48,3	11,6%
Benefícios	52,7	62,3	18,2%
Resultado Primário	-9,4	-14,0	48,4%



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em agosto, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 22,3 bilhões.

Em agosto de 2003, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 22,3 bilhões, representando redução de R\$ 2,2 bilhões em relação a julho. Este comportamento explica-se, em parte, pela queda da arrecadação do IRPJ (R\$ 1,0 bilhão) e da CSLL (R\$ 0,4 bilhão), em virtude do recolhimento em julho de 2003 da primeira cota ou cota única referente ao trimestre encerrado no mês de junho de 2003.

Além disso, a ocorrência de quatro semanas de fato gerador em agosto contra cinco semanas em julho também contribuiu para a referida queda, com impacto na arrecadação do IRRF (R\$ 0,8 bilhão), da CPMF (R\$ 523,6 milhões) e do IOF (R\$ 77,6 milhões).

As demais receitas do Tesouro ficaram R\$ 548,0 milhões acima das observadas no mês de julho. O principal fator explicativo desse aumento refere-se aos pagamentos de dividendos pelas empresas estatais federais: enquanto que em julho tais pagamentos foram de R\$ 1,0 milhão, em agosto perfizeram R\$ 1,3 bilhão, com destaque para BNDES (R\$ 606,6 milhões) e CEF (R\$ 458,9 milhões). Esse crescimento mais que compensou a redução de receitas com Cota Parte de Compensações Financeiras (R\$ 0,9 bilhão), que em julho refletiu o recolhimento trimestral da parcela referente à participação especial.

De janeiro a agosto de 2003, as receitas brutas do Tesouro Nacional foram equivalentes a 18,7% do PIB, contra 19,3% em igual período de 2002. Esse comportamento decorreu, em grande medida, da arrecadação atípica (R\$ 7,4 bilhões) de janeiro a agosto de 2002, proveniente do pagamento de débitos em atraso de fundos de pensão, conforme Medida Provisória nº 2.222/2001.

Tal redução foi compensada, parcialmente, pela arrecadação extra de IRPJ e CSLL de empresas estatais (R\$ 2,2 bilhões), pelo incremento de R\$ 0,9 bilhão do IRPJ de entidades financeiras e pelas maiores receitas do IRRF sobre rendimentos de capital, que passaram de R\$ 9,4 bilhões, no primeiro semestre de 2002, para R\$ 12,8 bilhões em 2003, principalmente, em virtude da elevada arrecadação em fundos de renda fixa.

As receitas do IPI, por sua vez, diminuíram de 1,5% para 1,2% do PIB, em função de decisões judiciais favoráveis a contribuintes e pela redução de alíquotas em produtos químicos, metalurgia básica e automóveis.

As receitas de contribuições totalizaram o equivalente a 8,5% do PIB, mantendo-se no mesmo nível que o observado em igual período de 2002. O aumento da CSLL, de 1,0% para 1,1% do PIB, em razão do maior volume arrecadado do setor de combustíveis, bem como o aumento de outras contribuições, de 1,6% para 1,7% do PIB, compensaram a variação a menor da Cofins e da CIDE-Combustíveis.

Especificamente em relação à CIDE-Combustíveis, as receitas no período apresentaram redução de 0,6% para 0,5% do PIB, em que pese a arrecadação de 2002 referir-se somente a sete meses ao invés de oito. Cabe destacar que os recolhimentos em 2003 foram afetados por decisões judiciais favoráveis aos contribuintes.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Impostos	8,8%	8,1%
Imposto de Renda	6,5%	6,0%
IPI	1,5%	1,2%
Outros	0,9%	0,8%
Contribuições	8,5%	8,5%
Cofins	3,8%	3,7%
CPMF	1,5%	1,5%
CSLL	1,0%	1,1%
Cide - Combustíveis	0,6%	0,5%
Outras	1,6%	1,7%
Demais	2,0%	2,1%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,2%	0,0%
Outras	1,5%	1,7%
Total Bruto	19,3%	18,7%

As demais receitas do Tesouro atingiram R\$ 21,0 bilhões até agosto deste ano, contra R\$ 16,6 bilhões no ano anterior. A arrecadação da cota-parte de compensações financeiras passou de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 7,8 bilhões, em decorrência da alta do preço internacional do petróleo e da depreciação cambial, bem como do aumento da produção petrolífera. Esse crescimento mais que compensou a queda de R\$ 1,2 bilhão verificada nas receitas com concessões, que em 2002 refletiram arrecadação decorrente dos leilões das bandas “D” e “E”.

Os dividendos pagos à União totalizaram R\$ 3,3 bilhões, representando aumento de R\$ 1,3 bilhão em relação ao ano anterior. Em magnitude, os principais recolhimentos no primeiro semestre de 2003 provieram da Petrobras (R\$ 942,3 milhões), Caixa Econômica Federal (R\$ 755,8 milhões) e BNDES (R\$ 606,6 milhões).

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2002	2003
Petrobras	1.036,8	942,3
Infraero	36,2	111,9
Correios	124,8	103,6
Banco do Brasil	111,5	399,1
Caixa	-	755,8
BNDES	444,4	606,6
Eletrobras	-	189,4
IRB	44,2	84,2
Demais	208,4	155,3
Total	1.962,2	3.264,0

Transferências a Estados e Municípios

Em agosto, as transferências a Estados e Municípios atingiram R\$ 5,1 bilhões, contra R\$ 4,0 bilhões em julho, refletindo, em grande medida, o pagamento efetuado no final de julho referente à cota única do IRPJ, cuja transferência deu-se, conforme prevê a legislação, no primeiro decênio de agosto.

No acumulado de janeiro a agosto, as transferências a estados e municípios perfizeram 4,1% do PIB, representando queda de 0,2 ponto percentual em relação a igual período de 2002. Os principais fatores explicativos dessa diminuição foram os já mencionados recolhimento atípico do IRPJ em 2002 e redução no recolhimento do IPI.

Enquanto as transferências referentes à desoneração do ICMS sobre as exportações mantiveram-se próximas a 0,3% do PIB, as demais transferências a Estados e Municípios aumentaram de 0,5% para 0,7% do PIB, em razão, principalmente, do incremento verificado nos oito primeiros meses do ano dos repasses dos *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo, relativamente a idêntico período de 2002.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2003 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO
Constitucionais	2.995,4	3.896,7
Desoneração do ICMS	265,9	265,9
Demais	752,5	906,0
Total	4.013,8	5.068,6

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Constitucionais	3,43%	3,12%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,28%
Demais	0,54%	0,69%
Total	4,29%	4,09%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 11,9 bilhões em agosto, apresentando uma redução nominal de R\$ 2,1 bilhões (14,9%) em relação às verificadas no mês de julho. A rubrica “pessoal e encargos sociais” apresentou redução de R\$ 1,9 bilhão (24,5%), enquanto os gastos com custeio e capital diminuíram R\$ 176,0 milhões (2,9%): as quedas de R\$ 360,3 milhões

(7,6%) na rubrica “outras despesas de custeio e capital” e de R\$ 63,9 milhões (16,5%) nos gastos com “subsídios e subvenções econômicas” foram parcialmente contrabalançadas pelo incremento de R\$ 248,2 milhões (25,1%) observado nas despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

A redução nas despesas com pessoal e encargos sociais é explicada pelo comportamento sazonal deste gasto. Destaque-se que em julho, tradicionalmente, ocorrem acréscimos decorrentes da concentração do pagamento de férias do funcionalismo público e adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) devida aos servidores do Poder Executivo. Ademais, concentrou-se em julho desse ano o pagamento da revisão geral de 1,0 %) da remuneração e subsídios dos servidores públicos federais (retroativo a janeiro, conforme Lei nº 10.697, de 02/07/2003 e da vantagem pecuniária individual de R\$ 59,87, devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (retroativo a maio), consoante Lei nº 10.698, de 02/07/2003.

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do FAT atingiram R\$ 1,2 bilhões, frente R\$ 987,6 milhões em julho. Cabe destacar que, conforme cronograma de desembolso estabelecido na Resolução Codefat nº 329, de 01/07/2003, os pagamentos do abono salarial PIS/Pasep, referente ao exercício 2003/2004, iniciaram-se em julho. Referido cronograma previu a liberação de R\$ 395,0 milhões em julho e de R\$ 500,0 milhões em agosto.

Conforme se observa no quadro ao lado, os gastos com subsídios à agricultura, às exportações e habitação popular totalizaram R\$ 204,4 milhões, apresentando decréscimo de R\$ 134,5 milhões (39,7%) em relação a julho, mês em que se concentraram despesas expressivas referentes ao pagamento de equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

No período de janeiro a agosto de 2003, as despesas do Tesouro Nacional registraram queda de 1,33 ponto percentual do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo 0,54 ponto percentual relativo à despesa com pessoal e encargos sociais, 0,83 ponto percentual a gastos com custeio e capital e 0,03 ponto percentual a transferências ao Banco Central.

Em termos nominais, a rubrica “pessoal e encargos sociais” aumentou em R\$ 3,4 bilhões (7,3%) devido ao crescimento vegetativo da folha salarial no período, à reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo ocorridas no

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2003 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO
Pessoal e Encargos	7.706,1	5.821,1
Custeio e Capital	6.157,0	5.981,0
Despesas do FAT	987,6	1.235,8
Subsídios e Subvenções	388,5	324,5
Outras	4.780,9	4.420,6
Transferência ao Bacen	65,7	49,6

A redução da despesa de pessoal, em relação ao mês anterior, deveu-se, em grande medida, aos gastos sazonais concentrados em julho, como o pagamento de férias e parcela do décimo terceiro salário dos servidores do Poder Executivo.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2003 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO
	2003	2003
Agricultura	149,9	181,9
Custeio Agropecuário	28,8	28,8
Investimento Rural	3,0	7,4
Preços Agrícolas	84,0	69,7
- EGF	0,0	0,0
- AGF	76,7	66,4
- Sustentação de preços	7,3	3,3
Pronaf	34,1	75,7
Pesa	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,4
Outros	189,0	22,5
Exportação (Proex)	178,7	22,5
Habitação (PSH)	10,2	0,0
Total	338,9	204,4

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Pessoal e Encargos	5,57%	5,03%
Custeio e Capital	4,99%	4,16%
Despesas do FAT	0,57%	0,54%
Subsídios e Subvenções	0,08%	0,17%
Outras	4,34%	3,45%
Transferência ao Bacen	0,00%	0,04%

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Agricultura	360,2	600,6
Custeio Agropecuário	135,3	254,8
Investimento Rural	14,3	114,5
Preços Agrícolas	-1,5	-144,4
- EGF	3,4	5,3
- AGF	-91,7	-173,2
- Sustentação de preços	86,8	23,5
Pronaf	212,0	281,7
Pesa	0,0	93,4
Cacau	0,0	0,6
Outros	192,7	551,5
Habitação (PSH)	0,0	154,1
Exportação (Proex)	192,7	397,3
Total	553,0	1.152,1

segundo semestre de 2002 e à revisão geral de 1,0% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais e a vantagem pecuniária individual de R\$ 59,87.

Os gastos sob a rubrica “outras despesas de custeio e capital” passaram de 4,34% do PIB, de janeiro a agosto de 2002, para 3,45% em igual período de 2003. O percentual de execução do limite de pagamento dos dispêndios realizados pelos ministérios ligados a áreas sociais (Saúde, Educação, Assistência e Promoção Social e Previdência Social) passou de 91,5%, até maio de 2003, para 92,8%, até agosto de 2003; enquanto que o percentual dos demais ministérios passou de 65,5 % para 73,0%, no mesmo período analisado.

As despesas com subsídios à agricultura, exportações e habitação apresentaram incremento de R\$ 599,1 milhões nos dois primeiros quadrimestres desse ano, em comparação com o mesmo período de 2002. Esse comportamento é justificado, em sua maior parte, pelos gastos com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e com o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), que totalizaram conjuntamente R\$ 247,6 milhões, ambos sem contrapartida no mesmo período do ano anterior. Destaca-se, ademais, o incremento das despesas com equalização de taxas de juros no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que passaram de R\$ 192,7 milhões, até agosto de 2002, para R\$ 397,3 milhões em 2003. Até agosto de 2003, verificou-se recebimento líquido de R\$ 173,2 milhões nas operações do Programa Aquisição do Governo Federal em função de receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas no período, principalmente, algodão, milho e arroz.

Previdência Social

Em agosto, a Previdência Social apresentou déficit primário de R\$ 2,2 bilhões, contra R\$ 2,4 bilhões no mês anterior. Contribuíram para essa melhora tanto o aumento de 2,0% na arrecadação previdenciária líquida, como a redução de 1,2% nas despesas com benefícios.

No ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 48,3 bilhões, representando acréscimo nominal de 11,6% em relação à verificada em 2002. Em percentual do PIB, a arrecadação correspondeu a 4,8 pontos percentuais no acumulado de 2003, apresentando diminuição de 0,3 ponto percentual quando comparada a igual período de 2002.

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2002-2003**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUL	AGO	JAN-AGO	
	2003	2003	2002	2003
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	6.407,2	6.534,5	43.275,0	48.295,1
Arrecadação Bruta	6.973,0	7.037,3	46.854,5	52.424,8
- Contribuição Previdenciária	6.489,1	6.629,2	43.941,8	49.177,0
- Simples	276,1	291,5	1.728,4	2.081,6
- CDP	0,0	0,0	54,6	0,0
- CFT	87,9	28,2	296,8	258,1
- Depósitos Judiciais	73,7	42,0	489,3	607,1
- Refis	22,0	21,0	253,9	220,4
- Outras Receitas	24,2	25,5	89,8	80,8
(-) Restituição/Devolução	-79,0	-16,3	-225,0	-239,1
(-) Transferências a Terceiros	-486,8	-486,5	-3.354,5	-3.890,6
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	8.813,0	8.704,1	52.694,2	62.272,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.405,8	-2.169,5	-9.419,2	-13.977,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,11%	-1,39%

Em agosto, o déficit do RGPS foi de R\$ 2,2 bilhões, inferior em R\$ 236,3 milhões ao verificado no mês anterior.

Até agosto, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 62,3 bilhões, superando em R\$ 9,6 bilhões o montante observado no mesmo período de 2002. Em relação ao PIB, essas despesas mantiveram-se no mesmo patamar, de 6,2%, não obstante o impacto do aumento da inflação do final de 2002 sobre o poder de compra das aposentadorias só tenha sido recuperado nos últimos meses. O aumento nominal decorreu dos seguintes fatores: i) 15,9% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2003 (com impacto no caixa a partir de maio) e o reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2003 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 868,6 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2003, aumento equivalente a 4,2% no estoque.

As emissões dos benefícios totais no período de janeiro a agosto, quando comparados a igual período em 2002, apresentaram os seguintes incrementos: i) 363,7 mil (3,2%) nas aposentadorias; ii) 206,6 mil (30,1%) nos auxílios – doença; iii) 145,2 mil (2,8%) nas pensões por morte; iv) 125,3 mil (5,8%) nos benefícios assistenciais; v) 21,1 mil (3,0%) nos benefícios acidentários; vi) 4,2 mil (3,0%) nos salários maternidade; e vii) 2,6 mil (14,3%) nos demais benefícios.

Considerando o acumulado entre janeiro e agosto de 2003, o RGPS registrou déficit primário de cerca de R\$ 14,0 bilhões, apresentando elevação nominal de 48,4% em relação a idêntico período de 2002. Como proporção do PIB estimado, o déficit acumulado do ano aumentou 24,9%, situando-se 0,3 ponto percentual acima daquele observado em 2002 (1,39% do PIB e 1,11% do PIB, respectivamente).

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-AGO (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003
Contribuição	5,11%	4,81%
Benefícios	6,22%	6,20%
Resultado Primário	-1,11%	-1,39%

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-AGO**

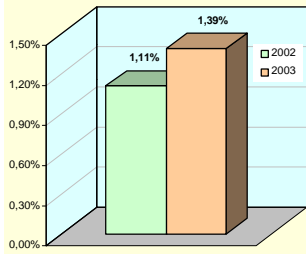
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	%
Quantidade*	20,5	21,3	4,2%
Valor médio**	326,6	378,4	15,9%

(*) em milhões

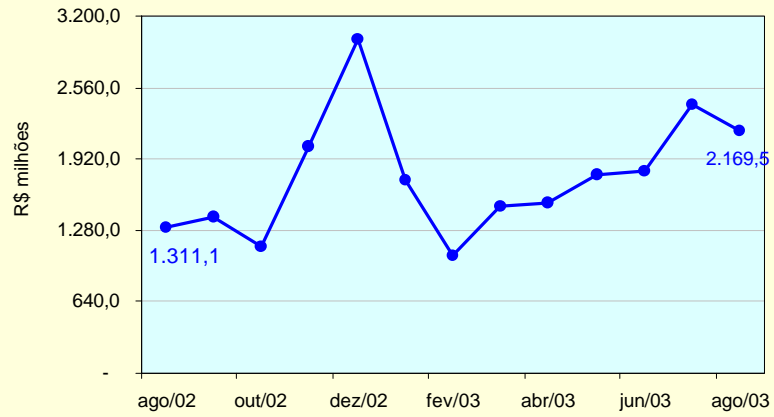
(**) em R\$ 1,00



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-AGO (% PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2002/2003



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 363,3 bilhões em agosto, equivalente a 24,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3 a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em agosto de 2002.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2002		2003
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	122.043	138.601	146.772
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	554.480	657.070	664.970
Dívida Contratual da STN	-332.957	-395.324	-393.164
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-99.480	-123.145	-125.034
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	225.519	222.927	216.555
Dívida Mobiliária em Poder do Público	171.605	172.309	166.862
Títulos Depositados em Garantia	-5.284	-5.100	-5.202
Dívida Contratual	60.381	56.660	55.869
Disponibilidades	-1.183	-942	-974
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	347.562	361.529	363.327
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	27,4%	24,8%	24,6%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 363,3 bilhões.

Em relação a julho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público apresentou incremento de R\$ 1,8 bilhão, contribuindo para tal comportamento a apropriação de juros nominais de R\$ 10,8 bilhões da dívida interna, contrabalançado pelo resgate líquido de R\$ 2,6 bilhões, e a diminuição dos saldos em reais da dívida externa líquida, no montante de R\$ 6,4 bilhões, decorrente do cancelamento de títulos da dívida reestruturada e do vencimento de bônus de captação.

O incremento de R\$ 8,2 bilhões da dívida interna líquida no mês de agosto deveu-se, principalmente, ao aumento da dívida mobiliária em poder do público em R\$ 7,9 bilhões, resultante da apropriação de juros, compensada, em parte, pelos resgates líquidos efetuados no mês. Os saldos dos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações permaneceram praticamente constantes, apresentando pequena variação de R\$ 270 milhões.

**Dívida Interna
Líquida**

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2002 AGO	2003 JUL	2003 AGO
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	122.043	138.601	146.772
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	554.480	657.070	664.970
LFT	295.315	436.438	438.867
LTN	48.187	43.421	51.588
NTN-C	38.413	53.260	54.281
NTN-D	58.090	34.529	34.510
Demais	90.930	63.472	60.295
Dívida Securitizada	21.386	23.878	23.372
TDA	2.159	2.072	2.057
DÍVIDA CONTRATUAL	-432.437	-518.468	-518.198
<i>Tesouro Nacional</i>	-332.957	-395.324	-393.164
Dívida Bancária	25.112	25.560	25.624
Lei nº 7.976/89	-12.243	-10.573	-10.500
Lei nº 8.727/93	-45.686	-47.477	-47.561
Lei nº 9.496/97	-163.964	-204.439	-204.622
Renegociação Dívida Municipais	-22.078	-29.884	-30.019
Demais Haveres da STN	-114.098	-128.511	-126.085
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-99.480	-123.145	-125.034
FAT	-71.322	-85.106	-86.233
Demais Entidades	-28.158	-38.039	-38.801
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	43,8%	45,1%	45,0%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,1%	-35,6%	-35,1%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,3%	-27,1%	-26,6%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	9,6%	9,5%	9,9%

Em agosto, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público totalizou R\$ 146,8 bilhões.

Emissões e Resgates

Boxe 2 **Emissão de NTN-C**

Seguindo o cronograma de emissões projetado para julho, o leilão de NTN-C, com recebimento em moeda e títulos, ocorrido no final do mês, com liquidação em primeiro de agosto, completou as emissões do período. Neste leilão, o Tesouro emitiu R\$ 341,71 milhões em NTN-C. Foram vendidos títulos com vencimentos em 2017, 2021 e 2031, à taxa de 10% a.a. para todos os vencimentos.

Do valor arrecadado, a maior parte correspondeu a recebimento em dinheiro (89,4%). Na troca pelos títulos de 2017 e 2021, foram aceitos títulos da dívida securitizada e, pelas NTN-C com vencimento em 2031, foram aceitas LFT.

O Tesouro Nacional, no mês de agosto, emitiu R\$ 20,4 bilhões em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna ao mercado (DPMFi), incluindo emissões diretas e ofertas públicas. Este valor foi superado pelos resgates no referido mês, que alcançaram R\$ 23,0 bilhões, o que resultou em resgate líquido de títulos da DPMFi, de responsabilidade do Tesouro, no montante de R\$ 2,6 bilhões.

Por meio de oferta pública, foram emitidos R\$ 17,4 bilhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 9,7 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2005 e junho de 2007; ii) R\$ 7,3 bilhões em LTN, com vencimentos em abril, julho e outubro de 2004 e em janeiro de 2005; e iii) R\$ 348,0 milhões em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 3,0 bilhões. Deste total, merece destaque a emissão de R\$ 2,9 bilhões de LFT em permuta por LFT-B do Banco Nossa Caixa S/A. Essa troca se insere na estratégia que vem sendo implementada pelo Tesouro Nacional com o intuito de reduzir o número de séries de LFT-B em mercado.

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, AGO/2003

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS*	EMISSÕES DIRETAS	TOTAL
I. EMISSÕES	17.406	2.981	20.388
LFT	9.733	2.898	12.631
LTN	7.326	0	7.326
NTN-C	348	0	348
NTN-D	0	0	0
TDA	0	0	0
Securitizada**	0	61	61
Demais	0	22	22
II. RESGATES***	18.382	4.643	23.025
LFT	18.051	0	18.051
LTN	1	0	1
NTN-C	1	0	1
NTN-D	329	0	329
TDA	0	41	41
Securitizada**	0	803	803
Demais	0	3.800	3.800
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-976	-1.662	-2.638

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta, bem como as vendas por meio do Tesouro Direto.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Boxe 3 – Nova oferta pública de títulos indexados ao IPCA (NTN-B)

O Tesouro Nacional realizou nos dias 11 e 12 de setembro, com grande sucesso, leilão de Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B), títulos indexados ao IPCA, com vencimentos em 2006 e 2009. Na primeira etapa (incluindo o leilão de segunda volta), a instituição vendeu integralmente o lote ofertado, no montante de R\$ 991,5 milhões. A liquidação financeira dessa etapa foi realizada no dia 15 de setembro, em moeda corrente.

Na segunda etapa do leilão, foram ofertados títulos com mesmo vencimento, recebendo na troca apenas títulos públicos de responsabilidade do Tesouro Nacional com prazo médio igual ou inferior aos ofertados. Esta operação totalizou R\$ 1,4 bilhão, tendo correspondido a 58,9% da venda total desse título (R\$ 2,4 bilhões). O restante (41,1%) correspondeu à parcela recebida na primeira etapa, em dinheiro.

Boxe 4 – Tesouro Direto

O Tesouro Nacional deu início, no último final de semana de agosto, a uma ampla campanha publicitária para promover o Tesouro Direto – sistema desenvolvido em parceria com a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), que permite qualquer pessoa física comprar títulos do governo federal pela internet. A meta do Tesouro Nacional é alcançar, até o final do ano, 75 mil investidores cadastrados no sistema, que conta atualmente com 13.251 potenciais aplicadores em títulos da dívida pública federal.

Em agosto, foram vendidos R\$ 18 milhões em títulos, sendo 58,1% referentes à venda de títulos remunerados pelo IGP-M (NTN-C), 14,8% à venda de títulos remunerados pela taxa Selic (LFT) e o restante, 11,1%, a títulos prefixados (LTN).

Desde o início do programa até 28 de agosto último, foram vendidos, por meio do Tesouro Direto, R\$ 217,1 milhões em títulos públicos. Foram mais de 27 mil operações, realizadas por 13.035 investidores. A compra média de títulos é de aproximadamente R\$ 8,7 mil, com a maior parte das compras correspondendo a valores entre R\$ 1 mil e R\$ 5 mil.

Vale ressaltar que, a partir de 12 de setembro, o Tesouro Nacional passou a ofertar também, via Tesouro Direto, títulos remunerados ao IPCA, as NTN-B. O investimento nesses títulos possibilita a formação de poupança de longo prazo e garante o poder de compra para investidor.

No que tange à composição da DPMFi, merece destaque o aumento na participação de títulos prefixados para 7,9% em agosto, contra 6,7% em julho, decorrente da emissão líquida de R\$ 7,3 bilhões em LTN no mês. O interesse do mercado por estes títulos, crescente nos últimos meses, acabou sendo

Composição

determinante para tal incremento, contribuindo, assim, para auxiliar no cumprimento das diretrizes presentes no Plano Anual de Financiamento para 2003. Destaca-se também a redução na participação dos títulos remunerados pela taxa Selic em 0,95 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 5,4 bilhões.

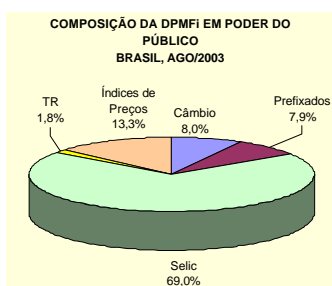
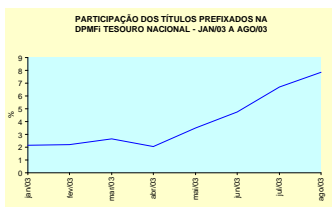


TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2002/2003

INDEXADOR	2002		2003	
	Ago	JUL	JUL	AGO
Selic	62,49	69,91	68,96	
Câmbio	14,21	8,13	8,04	
Prefixados	8,80	6,69	7,86	
Índices de Preços	12,48	13,33	13,33	
TR	2,01	1,93	1,81	
Outros	0,01	0,00	0,00	

* Não inclui dívida agrícola.



Boxe 5 – Participação dos prefixados continua aumentando

O objetivo de ampliar a participação de títulos prefixados vem sendo alcançado ao longo do ano de 2003. A condução da política econômica do governo e sua maior credibilidade frente aos investidores permitiram a retomada das emissões de prefixados a partir de fevereiro desse ano, possibilitando assim, o aumento da participação desses títulos na composição da DPMFi, que era de 2,1 % em janeiro e passou para 7,9% em agosto.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou expressivo decréscimo em agosto, passando para 20,9% a.a., contra 24,1% a.a. em julho, principalmente devido à menor variação cambial (apreciação de 0,03%), que reduziu o custo anualizado da NTN-D, de 57,7% em julho, para 12,5%, em agosto.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi apresentou ligeiro aumento, de 21,6% a.a. em julho, para 21,9% a.a. em agosto. Tal incremento foi influenciado pela maior variação do IGP-M (0,38%) em relação ao mês anterior (-0,42%), elevando o custo da NTN-C para 15,7% a.a. em agosto, contra 4,7% em julho.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2003

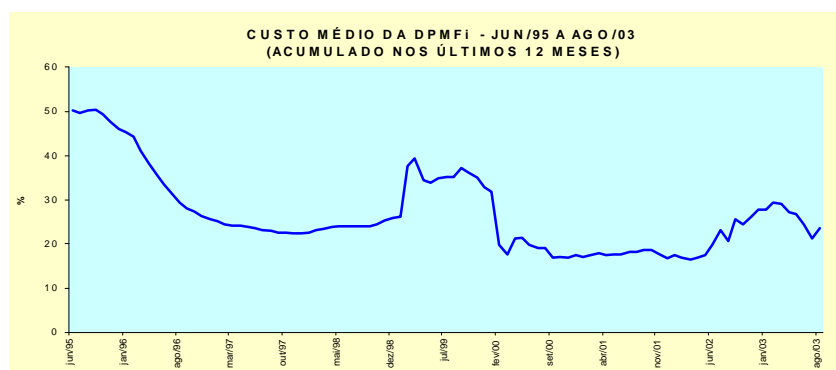
		(% anual)	
PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)	
2000	17,45	17,64	
2001	17,00	16,79	
2002	Ago	20,17	-4,14
	Set	21,01	93,52
	Out	24,35	8,35
	Nov	31,73	27,83
	Dez	29,06	20,94
	2002	21,00	27,62
2003	Jan	28,13	24,93
	Fev	29,11	27,34
	Mar	29,74	13,32
	Abr	25,53	1,46
	Mai	22,56	24,84
	Jun	21,38	16,16
	Jul	21,56	24,09
	Ago	21,88	20,85

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi total foi de 21,88% a.a. em agosto.

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses cresceu de 21,2 % a.a. em julho, para 23,6% a.a. em agosto (vide gráfico a seguir). Este incremento resulta, principalmente, do fato de a apreciação cambial em agosto 2003 ter sido significativamente inferior à ocorrida em agosto de 2002 (0,03% contra 11,85%, respectivamente). Vale ressaltar que essa medida reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



O prazo médio da DPMFi em poder do público passou de 32,6 meses em julho para 32,1 meses em agosto. A redução foi moderada pelo fato de os prazos médios de emissão das LFT e NTN-C em agosto (25,8 e 294,0 meses

Prazo Médio

respectivamente) terem sido superiores aos prazos médios do estoque desses títulos em julho (22,08 e 67,06 meses, respectivamente).

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

TÍTULOS	2002		2003
	AGO	JUL	AGO
LTN	3,28	7,14	6,76
LFT	26,60	22,08	22,20
NTN-C	67,41	67,06	66,42
NTN-D	15,88	15,49	14,67
TDA	46,89	51,82	55,47
Dívida Securitizada*	54,33	56,14	52,79
Demais	117,94	116,44	115,92
TOTAL	34,57	32,56	32,11

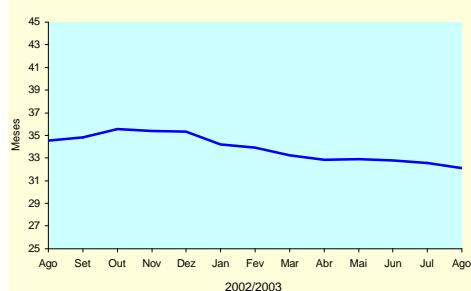
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

PERÍODO		Meses	
		TOTAL	OF. PUB. (1)
2002	Ago	34,57	21,28
	Set	34,85	21,40
	Out	35,53	22,43
	Nov	35,39	22,68
	Dez	35,32	23,05
2003	Jan	34,21	22,09
	Fev	33,91	22,07
	Mar	33,21	21,94
	Abr	32,85	22,44
	Mai	32,88	23,01
	Jun	32,79	23,50
	Jul	32,56	23,66
	Ago	32,11	23,54

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



Boxe 6

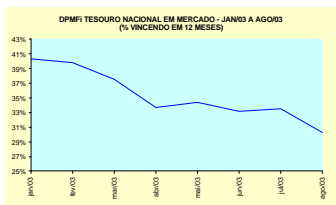
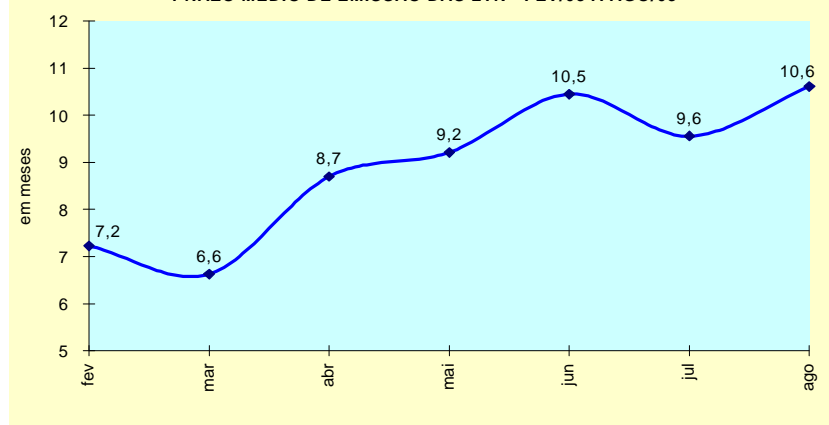
Leilões de oferta firme auxiliam no alongamento do prazo médio da dívida pública federal

Foi realizado pelo Tesouro Nacional, em 15 de agosto, o terceiro leilão de oferta firme deste ano. No leilão, foram vendidos, com sucesso, R\$ 228,3 milhões em LTN com vencimento em janeiro de 2005 (prazo de 505 dias), à taxa de 21,7% a.a. Vale destacar que a demanda excedeu em muito a oferta, o que demonstra o elevado interesse por parte do mercado por títulos prefixados mais longos.

A realização dos leilões de oferta firme tem sido importante para reduzir a dispersão de preços e também permitir a quantificação da demanda por novos vencimentos de títulos. Vale ressaltar, ainda, que este é o primeiro passo para a ocorrência de leilões tradicionais em novos pontos da curva (vencimentos sem referência no mercado), contribuindo para a consolidação do alongamento desses títulos.

Como pode ser observado no gráfico a seguir, o prazo médio de emissão das LTN também vem apresentando crescimento gradual ao longo do ano, não obstante a crescente participação de papéis pré-fixados que tipicamente têm uma maturidade mais curta que as LFT e NTN. Do montante emitido no mês de agosto, 85,4% correspondem a títulos com vencimento em abril, julho e outubro de 2004 e o restante (14,6%) a vencimentos em janeiro de 2005. Mesmo com a participação predominante de vencimentos em 2004, verificou-se um aumento do prazo médio de emissão da dívida prefixada. Em agosto, este indicador alcançou o valor de 10,6 meses, em comparação aos 9,6 meses de julho.

PRAZO MÉDIO DE EMISSÃO DAS LTN - FEV/03 A AGO/03



Com relação ao percentual da DPMFi vencendo em 12 meses, de responsabilidade do Tesouro Nacional, cabe ressaltar a queda observada em agosto para 30,3%, ante 33,5% em julho, em conformidade com o que vem ocorrendo em 2003. Os prazos de emissão no ano têm sido maiores em

comparação com o ano anterior, permitindo uma melhor distribuição dos vencimentos, o que está auxiliando a queda desse indicador.

A dívida externa líquida passou de R\$ 222,9 bilhões em julho para R\$ 216,6 bilhões em agosto, devido, principalmente, à diminuição da dívida mobiliária em poder do público.

O estoque da Dívida Pública Federal externa, DPFe, em moeda nacional, apresentou um decréscimo de 2,7% em agosto. O principal fator que determinou esta queda foi a redução do estoque de dívida em moeda estrangeira, juntamente com uma valorização do real frente ao dólar. A redução de 2,8% da DPFe, em moeda norte-americana, deveu-se ao cancelamento de títulos da dívida reestruturada e ao vencimento de Samurai 2003-A (bônus de captação).

Dívida Externa Líquida

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2002/2003

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2002		2003
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	171.605,4	172.309,4	166.861,8
Bônus de Renegociação	57.221,9	53.678,8	49.810,4
Bônus de Captação	114.383,5	118.630,7	117.051,4
II. DÍVIDA CONTRATUAL	60.380,5	56.659,8	55.869,2
Organismos Multilaterais	33.097,4	31.964,9	31.340,0
Bancos Privados/Ag. Governamentais	10.272,0	9.571,7	9.559,4
Clube de Paris	17.011,1	15.123,2	14.969,8
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	231.985,9	228.969,2	222.730,9
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.284,3	-5.099,8	-5.201,9
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.182,6	-941,9	-974,0
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	225.519,1	222.927,5	216.555,0
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	17,8%	15,3%	14,6%

Em agosto, o saldo da dívida externa líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 216,6 bilhões.

O serviço da DPFe em agosto totalizou R\$ 7,2 bilhões, sendo a maior parte (R\$ 6,0 bilhões) referente a principal e o restante (R\$ 1,2 bilhão) a juros e encargos. Do total de pagamentos de principal, R\$ 5,1 bilhões foram relativos à dívida mobiliária externa.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, AGO/2003

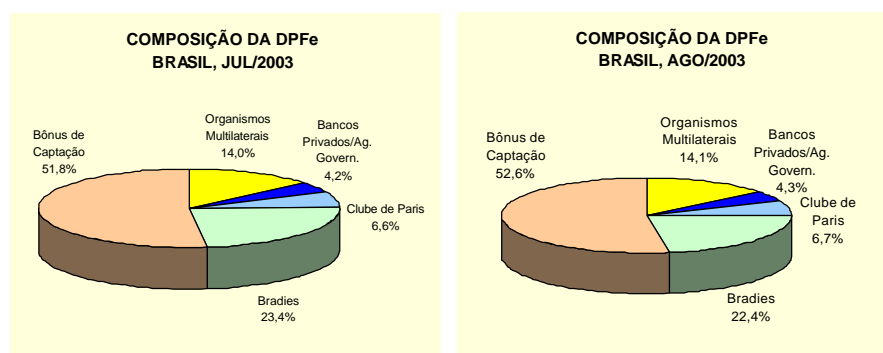
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	5.999,0	1.178,1	7.177,1
I.1. Organismos Multilaterais	856,7	119,3	976,0
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	42,3	6,2	48,6
I.3. Dívida Mobiliária	5.099,9	1.052,6	6.152,5

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 7,2 bilhões no mês.

Composição

Em agosto, destaca-se o ligeiro aumento da participação dos bônus de captação no total da DPFe, em contraposição à queda da participação dos bônus de renegociação. Tal movimento se deveu à emissão de dois novos bônus globais, com vencimentos em 2011 e 2024, ocorrida em julho, com liquidação financeira em agosto. A operação contemplou troca de títulos da dívida renegociada - Par e Discount, da ordem de US\$ 1,3 bilhão e entrada de recursos financeiros (US\$ 123,0 milhões, referentes ao Global 2011). Para maiores informações sobre esta operação, vide Boxe 6 do Resultado do Tesouro Nacional de julho de 2003.



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa aumentou de 6,15 anos em julho, para 6,22 anos em agosto. A variação provém das emissões mencionadas anteriormente do Global 2011 e do Global 2024-B, bem como do efeito do vencimento do bônus Samurai 2003-A sobre esse indicador.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou, em agosto, custo médio de 8,9 % a.a. e prazo médio de 6,22 anos.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	2002		2003
	AGO	JUL	AGO
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,14	6,15	6,22
Bônus de Renegociação	6,11	6,41	5,81
Bônus de Captação	6,16	6,03	6,39
Globais	7,39	7,14	7,19
Euros	3,59	3,35	3,67
Demais	2,56	1,61	3,20
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,57	8,62	8,90
Bônus de Renegociação	5,15	4,76	4,86
Bônus de Captação	10,28	10,37	10,61
Globais	11,16	11,99	12,46
Euros	10,11	10,28	10,28
Demais	4,91	5,06	6,02

* Custo Médio em dólares.

No caso do custo médio, em dólares, este apresentou um pequeno aumento (0,28 ponto percentual) em relação a julho, em virtude também das emissões do Global 2011 e do Global 2024-B e dos cancelamentos dos *Bradies*.

Boxe 7 – Sucesso na reabertura do Global 2011 permite melhora da liquidez do título

No último dia 11 de setembro, a República determinou o processo de reabertura do título Global 2011 da dívida soberana, com os bancos Citigroup Global Markets Inc. e Goldman Sachs & Co. indicados para liderar o processo, mediante autorização do Tesouro Nacional. A nova operação ocorreu em função do cenário favorável, tanto interno quanto externo, decorrente do contínuo ganho de credibilidade da política econômica do novo governo no mercado internacional e da perspectiva de retomada do crescimento dos países desenvolvidos.

O Global 2011 foi emitido pela primeira vez no final de julho deste ano, por ocasião da operação de *swap* de *bradies* (títulos da dívida renegociada), que visava melhorar o perfil da dívida externa e liberar garantias atreladas aos títulos que estariam sendo recebidos.

Os resultados confirmam o sucesso na escolha do momento ideal para a operação. A emissão alcançou o montante de US\$ 750 milhões e o preço ficou consideravelmente acima, em comparação com a primeira colocação do título, uma vez que fechou a 96,5% do seu valor de face, contra 90,5% da emissão de julho. A taxa de retorno efetiva para o investidor também ficou bem abaixo dos 11,875% a.a., obtidos por aqueles que compraram os títulos na operação original, atingindo 10,660% a.a.. Conseqüentemente, o prêmio sobre o título do Tesouro norte-americano de 10 anos também se manteve abaixo da emissão de julho, 633 bps, contra 757 bps.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2002	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2003
I. RECEITA TOTAL	24.129,9	29.018,5	29.964,3	26.975,2	33.938,3	32.439,4	27.721,8	26.251,4	32.106,7	29.574,5	25.121,8	29.595,5	28.200,0
I.1. Receitas do Tesouro	18.323,9	23.262,1	23.872,9	21.143,6	23.865,0	26.978,1	21.610,3	20.539,2	26.256,5	23.527,8	18.950,3	23.188,3	21.665,4
I.1.1 Receita Bruta	19.746,4	24.005,6	24.826,4	22.062,3	24.957,0	27.360,7	21.894,6	20.820,3	26.683,9	23.905,9	20.483,3	24.502,5	22.302,4
- Impostos	8.201,8	11.280,2	11.059,2	9.442,5	11.290,3	11.453,2	9.848,8	9.165,5	11.857,2	10.852,2	8.641,3	10.635,5	8.721,6
- Contribuições	9.972,0	10.634,8	11.093,4	10.891,8	10.775,5	12.370,0	9.961,3	10.076,9	10.890,9	10.809,5	10.375,7	11.084,5	10.256,3
- Demais	1.572,6	2.090,6	2.673,8	1.727,9	2.891,2	3.537,4	2.084,6	1.577,8	3.935,9	2.244,2	1.466,3	2.782,5	3.324,5
I.1.2. (-) Restituições	-1.422,5	-743,5	-953,5	-768,6	-1.092,1	-382,7	-284,3	-281,0	-427,4	-378,0	-1.533,0	-1.314,2	-637,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.806,0	5.756,4	6.091,4	5.831,6	10.073,3	5.461,4	6.111,5	5.712,2	5.850,2	6.046,7	6.171,5	6.407,2	6.534,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.183,2	4.413,3	5.273,2	5.406,5	4.742,2	5.704,3	6.144,8	4.769,7	4.502,3	6.735,9	4.227,2	4.013,8	5.068,6
II.1. Transferências Constitucionais	3.080,7	3.385,4	4.419,3	3.897,9	3.824,7	4.144,0	4.353,9	3.785,5	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4	3.896,7
II.2. Lei Complementar 87/96	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.3. Demais	773,0	698,4	524,5	1.179,3	588,1	927,2	1.183,3	718,2	607,7	1.483,9	406,9	752,5	906,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	19.946,8	24.605,2	24.691,2	21.568,7	29.196,1	26.735,1	21.577,1	21.481,8	27.604,4	22.838,7	20.894,6	25.581,7	23.131,4
IV. DESPESA TOTAL	18.561,8	17.598,2	20.853,1	20.540,4	32.301,8	19.656,7	17.685,4	17.341,3	17.922,3	19.133,1	20.082,6	22.741,8	20.555,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.543,6	5.248,9	5.684,4	6.411,4	8.790,1	7.517,4	5.944,2	5.631,2	5.644,7	5.900,9	6.447,1	7.706,1	5.821,1
IV.1.1. INSS	298,6	287,7	294,6	317,0	425,2	455,2	292,8	300,9	296,4	289,4	339,4	427,6	310,0
IV.1.2. Demais	5.245,0	4.961,3	5.389,7	6.094,3	8.364,8	7.062,2	5.651,4	5.330,3	5.348,3	5.611,5	6.107,8	7.278,6	5.511,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.117,2	7.167,1	7.230,0	7.864,5	13.070,8	7.201,3	7.166,6	7.209,7	7.371,8	7.825,9	7.979,9	8.813,0	8.704,1
IV.3. Custeio e Capital	5.901,0	5.182,2	7.938,7	6.264,5	10.440,9	4.937,0	4.500,2	4.458,9	4.866,4	5.363,2	5.592,1	6.157,0	5.981,0
IV.3.1. Despesa do FAT	879,9	795,4	930,3	616,1	721,9	569,1	395,5	428,3	592,0	841,0	420,1	987,6	1.235,8
- Abono e Seguro Desemprego	821,2	747,3	829,8	429,8	615,2	539,0	384,3	395,7	549,6	824,0	399,3	942,2	1.179,8
- Demais Despesas do FAT	58,7	48,1	100,5	186,3	106,8	30,1	11,2	32,6	42,4	17,0	20,7	45,4	56,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	171,3	-55,4	1.472,7	1,7	204,4	117,0	166,3	115,6	127,8	154,6	311,9	388,5	324,5
- Operações Oficiais de Crédito	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9	204,4
- Subvenções aos Fundos Regionais	57,0	0,1	56,7	60,1	-21,2	36,9	57,2	52,9	111,1	53,4	73,2	49,6	120,1
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.849,8	4.442,2	5.535,7	5.646,6	9.514,6	4.250,9	3.938,3	3.915,0	4.146,6	4.367,7	4.860,1	4.780,9	4.420,6
IV.4. Transferência ao Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	74,4	41,5	39,4	43,1	63,4	65,7	49,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.385,0	7.007,0	3.838,1	1.028,3	-3.105,7	7.078,4	3.891,6	4.140,5	9.682,1	3.705,6	812,0	2.839,9	2.575,7
V.1. Tesouro Nacional	2.696,1	8.417,8	4.976,7	3.061,3	-108,3	8.818,4	4.946,8	5.638,0	11.203,7	5.484,8	2.620,5	5.245,7	4.745,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.311,1	-1.410,8	-1.138,6	-2.032,9	-2.997,5	-1.740,0	-1.055,1	-1.497,5	-1.521,6	-1.779,2	-1.808,5	-2.405,8	-2.169,5
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-77,5	-86,8	-58,2	-48,0	-142,0	-38,0	23,8	-13,6	-20,7	-25,8	2,5	-29,5	-19,4
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.307,5	6.920,2	3.779,8	980,4	-3.247,7	7.040,4	3.915,5	4.126,9	9.661,5	3.679,8	814,5	2.810,3	2.556,3
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	110,4	-876,3	533,1	580,2	-1.118,4	-322,2	691,7	-674,1	648,5	-318,4	89,0	515,8	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.417,9	6.043,9	4.312,9	1.560,5	-4.366,1	6.718,2	4.607,2	3.452,8	10.309,9	3.361,5	903,5	3.326,2	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	12.383,6	-40.920,9	565,3	-499,5	2.139,2	-11.083,9	-8.783,8	-172,1	12.359,5	-12.542,4	-5.626,4	-16.333,4	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	13.801,5	-34.877,0	4.878,2	1.061,1	-2.226,9	-4.365,6	-4.176,6	3.280,7	22.669,4	-9.181,0	-4.722,9	-13.007,2	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOUREIRO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2002	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2003
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	27.311,1	27.193,5	33.751,5	30.054,7	37.468,8	26.460,3	30.578,9	28.028,2	28.920,7	34.035,1	28.051,7	28.133,2	29.749,9
I.1 - Recolhimento Bruto	20.104,4	19.689,9	24.524,9	22.292,0	25.397,7	19.234,3	22.754,9	20.630,8	20.968,2	26.123,3	20.269,1	19.931,9	21.293,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-150,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	738,1	738,6	1.775,7	916,0	1.131,7	663,4	1.039,7	1.015,1	1.445,9	1.066,6	1.000,0	1.026,6	1.107,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	139,4	185,9	282,3	286,4	-110,1	309,7	76,4	109,7	128,9	184,0	51,5	81,3	157,1
I.5 - Receita do Salário Educação	159,9	137,7	148,0	155,1	157,4	245,4	121,5	139,6	146,5	150,5	149,5	151,5	153,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	6.167,0	6.439,1	7.016,9	6.551,7	10.889,6	6.004,8	6.583,2	6.129,6	6.227,9	6.508,1	6.576,8	6.937,8	7.033,8
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,3	2,3	3,6	3,5	2,5	2,7	3,2	3,3	3,2	2,6	4,8	4,1	4,4
II. DESPESAS	28.930,8	26.459,9	33.935,4	31.130,5	40.427,0	24.793,8	29.763,0	25.375,0	28.897,9	27.880,6	38.147,5	20.396,9	29.548,0
II.1 - Liberações Vinculadas	5.540,3	5.214,3	5.615,6	6.262,4	5.726,0	6.856,8	6.971,7	5.702,0	5.560,6	7.792,0	5.494,7	4.800,4	6.310,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.280,2	3.605,7	4.709,5	4.152,4	3.980,8	4.508,8	4.639,9	4.033,5	3.864,8	5.317,3	3.787,0	3.190,4	4.152,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	605,9	363,5	356,1	802,4	350,8	419,0	674,4	372,7	386,6	1.106,5	260,2	272,1	723,7
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	633,0	607,6	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9
II.1.4 - Outras Vinculações	1.324,8	915,7	220,7	978,2	1.065,0	1.296,0	1.049,8	1.029,8	1.043,2	1.102,2	1.181,5	1.072,0	1.168,1
II.2 - Liberações Ordinárias	23.390,6	21.245,6	28.319,8	24.868,1	34.701,0	17.936,9	22.791,3	19.673,0	23.337,3	20.088,6	32.652,8	15.596,5	23.237,7
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.505,8	5.290,4	5.546,6	8.349,8	7.136,5	6.806,4	6.047,4	5.711,2	5.707,9	6.274,6	7.604,9	6.198,7	5.664,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.317,5	1.161,5	6.205,7	520,1	726,1	2.113,8	2.875,5	2.671,2	3.490,5	669,0	3.090,5	433,0	1.709,2
i) Dívida Contratual Interna	90,1	115,8	798,0	73,5	122,0	119,3	110,4	2.104,5	118,3	105,9	107,3	109,7	104,0
ii) Dívida Contratual Externa	1.227,3	1.045,6	5.407,8	446,6	604,1	1.994,5	2.765,1	566,7	3.372,3	563,1	2.983,2	323,2	1.605,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.507,1	3.102,4	2.623,4	2.766,0	2.165,0	933,8	1.884,7	786,4	2.566,5	563,9	2.082,0	2.560,2	2.692,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	8.714,3	6.188,5	6.885,1	7.968,9	15.207,5	4.841,9	7.955,1	6.647,9	7.505,0	7.901,8	15.692,0	650,4	8.826,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.051,5	5.368,3	6.321,4	5.014,6	8.683,3	3.009,9	3.836,7	3.759,1	3.933,4	4.446,0	3.862,7	5.343,2	4.053,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	294,4	134,6	737,6	248,7	782,5	231,2	192,0	97,2	134,0	233,2	320,7	411,1	291,1
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOUREIRO (I - II)	-1.619,7	733,6	-184,0	-1.075,8	-2.958,2	1.666,5	815,8	2.653,1	22,8	6.154,5	-10.095,8	7.736,3	201,9
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	9.433,4	4.149,4	11.012,4	35.037,7	36.723,8	16.269,0	25.919,2	31.734,4	41.545,8	43.971,3	37.583,5	39.417,1	20.996,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	7.398,8	3.776,0	10.222,2	34.321,7	35.116,0	15.425,0	25.077,9	31.195,5	38.833,8	43.074,9	37.015,9	38.519,7	19.437,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	2.034,6	373,5	790,1	716,0	1.607,8	844,0	841,3	538,9	2.712,1	896,4	567,7	897,4	1.558,9
V. DESPESAS	10.869,9	14.717,5	31.814,5	34.760,9	24.406,4	8.056,9	28.215,3	25.225,2	6.440,9	34.566,7	31.410,0	30.190,9	22.502,4
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	9.796,0	14.134,6	27.964,8	33.742,2	21.326,1	7.179,4	25.699,5	24.558,0	3.106,0	32.828,2	28.544,8	25.735,7	19.075,5
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.073,8	582,9	3.849,8	1.018,7	3.080,2	877,5	2.515,8	667,2	3.334,9	1.738,5	2.865,2	4.455,2	3.427,0
V.2.1 - Dívida Interna	82,4	102,4	1.519,5	58,9	121,7	104,2	96,6	93,7	102,5	94,8	111,7	191,1	94,7
V.2.2 - Dívida Externa	991,4	480,5	2.330,3	959,7	2.958,5	773,2	2.419,1	573,5	3.232,4	1.643,7	2.753,5	4.264,1	3.332,3
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-2.397,2	-10.358,6	-17.742,6	579,5	13.789,9	8.245,6	-621,6	6.637,5	35.727,8	10.246,7	8.471,1	12.784,0	362,5
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOUREIRO/BACEN	4.970,2	4.227,3	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	1.914,0	-5.607,2	-16.113,8	-4.391,1	-2.709,9	8.521,0	1.758,4	8.389,9	33.273,9	14.962,5	-7.009,4	14.427,1	28,0

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Ago/2002	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2003
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	8.850,3	21.133,5	13.264,3	12.123,0	1.359,2	12.234,7	7.122,6	3.864,9	7.327,1	6.663,2	17.212,9	27.850,0	15.241,7
I.1. Emissão de Títulos	2.911,8	14.110,9	7.843,4	14.503,7	0,0	11.314,9	3.951,5	3.779,8	9.006,7	5.120,5	16.312,5	25.732,6	11.513,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	5.733,8	6.700,3	5.131,6	-2.287,3	1.189,3	943,5	2.958,3	84,4	-1.561,6	1.462,0	863,2	1.962,4	3.517,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	204,7	322,3	289,3	-93,4	170,0	-23,7	212,8	0,7	-118,0	80,6	37,1	155,1	210,0
II. DESPESAS NO BACEN	3.880,1	16.906,2	8.392,0	15.715,1	13.428,5	13.592,4	3.883,9	4.637,3	9.181,0	7.259,8	20.300,0	30.385,4	13.910,0
II.1. Resgate de Títulos	3.307,7	15.646,1	7.718,5	14.485,0	12.305,4	12.325,5	3.690,3	3.329,0	8.941,7	6.467,0	19.200,0	27.997,4	12.938,7
II.2. Encargos da DPMF	572,4	1.260,1	673,5	1.230,0	1.123,1	1.266,9	193,7	1.308,3	239,3	792,8	1.100,0	2.388,0	971,3
III. RESULTADO (I - II)	4.970,2	4.227,3	4.872,3	-3.592,1	-12.069,2	-1.357,7	3.238,6	-772,4	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Ago/2002	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2003
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	17,5	0,7	38,4	12,0	0,0	58,1	28,0	25,1	28,7	27,1	30,1	28,8	28,8
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	73,6	0,0	59,6	44,3	59,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	7,4
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-22,5	-69,0	-159,0	-175,9	-38,5	-154,2	-30,7	-54,3	-50,6	-4,6	-3,6	84,0	69,7
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,9	0,0	3,8	0,0	6,3	0,0	1,9	1,2	1,5	0,7	0,0	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-24,4	-74,0	-163,8	-195,8	-49,9	-159,4	-34,6	-55,4	-52,2	-7,3	-7,3	76,7	66,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	5,0	1,0	20,0	5,1	5,2	2,0	0,0	0,0	2,0	3,7	7,3	3,3
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	50,4	4,5	208,8	26,0	145,1	25,7	33,0	26,1	27,8	27,8	31,4	34,1	75,7
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	68,9	7,0	170,7	39,4	55,3	4,3	2,1	4,3	7,7	36,7	141,0	178,7	22,5
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	63,3	1,7	-0,3	0,0	0,0	28,8	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	1,3	11,3	40,0	4,1	38,6	15,0	61,8	3,2	14,3	11,0	10,2	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	1.072,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. TOTAL	114,3	-55,5	1.416,1	-58,4	225,6	80,2	109,1	62,8	16,8	101,3	238,7	338,9	204,4

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Ago/2002	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2003
I. DÍVIDA INTERNA	122.042,7	111.067,6	92.633,1	87.825,6	69.649,6	69.966,6	73.737,7	86.261,1	88.235,8	108.085,1	124.639,0	138.601,2	146.772,1
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3
Dívida Bancária	25.111,7	25.112,8	25.076,6	25.146,3	25.206,0	25.226,3	25.297,0	25.361,8	25.404,9	25.477,0	25.510,9	25.560,4	25.623,6
INSS	-11.979,0	-12.261,7	-12.585,9	-13.115,8	-13.881,8	-14.256,6	-14.565,9	-14.797,5	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0	-14.898,0	-14.868,2
Lei 7.976/89	-12.243,0	-14.882,0	-14.143,2	-13.749,4	-13.185,4	-13.107,0	-13.069,9	-12.513,0	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6	-10.572,7	-10.500,4
Bônus Renegociação	-23.595,8	-30.219,9	-28.158,7	-27.989,6	-24.939,6	-25.158,6	-25.368,0	-23.860,1	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3	-20.559,1	-20.514,7
Lei 8.727/93	-45.686,0	-45.775,9	-45.753,2	-46.044,2	-46.384,8	-46.602,5	-46.842,2	-47.050,1	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1	-47.477,5	-47.561,0
Lei 9.496/97	-163.963,6	-168.338,7	-173.562,5	-179.532,2	-190.405,9	-194.297,2	-198.010,5	-201.781,0	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1	-204.439,1	-204.622,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-22.077,8	-22.765,3	-23.262,0	-24.207,7	-27.033,5	-27.647,2	-28.323,9	-28.854,7	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5	-29.883,6	-30.019,0
Recebíveis das Estatais	-24.205,1	-26.311,0	-27.909,4	-29.039,4	-30.726,9	-30.578,1	-31.130,5	-31.085,4	-29.779,7	-30.009,1	-30.178,3	-31.646,2	-32.054,8
Outros	-37.588,1	-38.083,3	-38.469,3	-38.883,2	-40.381,5	-42.276,3	-42.441,7	-42.882,8	-43.216,6	-42.831,0	-42.612,7	-43.056,0	-42.267,7
Fat	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4
Demais Entidades	-28.158,0	-28.419,2	-30.003,6	-30.274,3	-31.113,9	-33.699,2	-34.307,1	-35.433,3	-36.211,8	-36.422,5	-36.931,2	-38.038,8	-38.800,6
Créditos das Operações Oficiais	-12.870,0	-15.350,2	-14.601,7	-14.455,1	-14.738,5	-14.192,4	-14.249,1	-13.474,5	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6	-12.326,9	-12.079,1
Arrecadação a Recolher	-3.860,2	-6.579,0	-5.520,8	-3.993,4	-776,0	-7.038,6	-5.244,5	-4.520,9	-8.649,9	-4.860,9	-3.414,3	-6.025,0	-4.300,6
II. DÍVIDA EXTERNA	225.519,1	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0
Dívida Mobiliária	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8
Títulos Depositados em Garantias	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9
Dívida Contratual	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2
Disponibilidades	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	347.561,8	398.881,7	360.544,2	357.953,8	332.338,5	332.620,8	338.275,7	334.959,5	300.394,8	331.091,5	341.763,3	361.528,7	363.327,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	27,4%	31,2%	27,9%	27,4%	25,1%	24,9%	25,0%	24,5%	21,6%	23,4%	23,8%	24,8%	24,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/2003	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2003
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	171.605,4	220.897,7	205.338,3	204.856,1	200.667,7	200.986,8	203.367,9	189.793,7	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	57.221,9	73.682,7	67.564,3	67.329,2	65.418,4	65.279,6	65.972,0	62.030,1	52.310,6	53.680,6	51.986,3	53.678,8	49.810,4
Brazil Investment Bond (BIB)	1.076,4	1.326,8	1.241,7	1.238,8	1.203,7	1.201,1	1.213,8	1.090,3	939,7	964,3	933,9	964,3	964,6
Par Bond (PB)	6.118,6	7.885,1	7.267,2	7.230,6	7.025,4	7.010,5	7.084,9	6.667,1	5.745,9	5.896,6	5.710,5	5.896,4	4.566,1
Discount Bond (DB)	6.591,7	8.494,9	7.949,9	7.931,3	7.706,2	7.689,9	7.771,4	7.313,2	6.302,7	6.466,0	6.261,9	6.465,7	3.980,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.834,8	2.364,5	2.212,8	2.207,6	2.145,0	2.140,4	2.163,1	2.035,6	1.619,4	1.661,8	1.609,4	1.661,8	1.662,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	19.764,7	25.471,1	23.836,9	23.781,3	23.106,4	23.057,4	23.301,9	21.928,0	18.898,2	19.393,9	18.781,8	19.393,2	19.399,8
Debt Conversion Bond (DCB)	11.463,8	14.773,7	13.825,8	13.735,6	13.345,8	13.317,5	13.458,8	12.665,2	10.915,2	11.201,6	10.848,0	11.201,2	11.138,1
New Money Bond (NMB)	4.407,3	5.679,8	4.935,7	4.924,2	4.784,4	4.774,3	4.824,9	4.540,4	3.612,1	3.706,8	3.589,8	3.706,7	3.708,0
Eligible Interest (EI)	5.964,6	7.686,7	6.294,4	6.279,7	6.101,5	6.088,5	6.153,1	5.790,3	4.277,3	4.389,5	4.251,0	4.389,4	4.390,9
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	114.383,5	147.215,0	137.774,0	137.526,9	135.249,3	135.707,2	137.395,8	127.763,5	109.082,6	116.101,1	115.352,9	118.630,7	117.051,4
Bônus Marco Alemão 2007	1.520,4	1.970,3	1.848,0	1.851,9	1.892,4	1.941,8	1.970,4	1.874,6	1.653,7	1.788,9	1.681,7	1.706,5	1.652,7
Bônus Global 2027	10.578,1	13.632,2	12.757,5	12.727,8	12.366,6	12.340,3	12.471,2	11.735,9	10.114,3	10.379,6	10.052,0	10.379,3	10.382,8
Bônus Eurolira	1.151,8	1.492,6	1.399,9	1.402,9	1.433,6	1.471,0	1.492,6	1.420,1	1.252,8	1.355,2	1.274,0	1.292,7	1.252,0
Bônus Eurosterling 2007	704,0	918,0	857,0	850,3	854,1	871,5	842,3	796,9	693,5	728,5	711,4	717,4	700,5
Bônus Euro 2003	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.759,6	1.898,9	1.926,9	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2008	1.140,3	1.477,7	1.386,0	1.388,9	1.419,3	1.456,3	1.477,8	1.406,0	1.240,3	1.341,7	1.261,3	1.279,8	1.239,5
Bônus Global 2008	7.555,8	9.737,3	9.112,5	9.091,3	8.833,3	8.814,5	8.908,0	8.382,8	7.224,5	7.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3
Bônus Global 2004	9.066,9	11.684,7	10.935,0	10.909,5	10.599,9	10.577,4	10.689,6	10.059,3	8.669,4	8.896,8	8.616,0	8.896,5	8.899,5
Bônus Euro 2002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.457,1	1.888,3	1.771,0	1.774,8	1.813,6	1.860,9	1.888,3	1.796,6	1.584,9	1.714,4	1.611,7	1.635,4	1.583,9
Bônus Global 2009	6.044,6	7.789,8	7.290,0	7.273,0	7.066,6	7.051,6	7.126,4	6.706,2	5.779,6	5.931,2	5.744,0	5.931,0	5.933,0
Bônus Euro 2006	2.045,8	2.651,3	2.523,1	2.491,9	2.546,4	2.612,9	2.651,4	2.522,5	2.225,3	2.407,2	2.263,0	2.296,2	2.223,9
Bônus Global 2020	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5
Bônus Euro 2010	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3
Bônus Global 2030	4.835,7	6.231,8	5.832,0	5.818,4	5.653,3	5.641,3	5.701,1	5.365,0	4.623,7	4.745,0	4.595,2	4.744,8	4.746,4
Bônus Samurai 2003	6.628,4	8.309,3	7.719,2	7.701,2	7.728,3	7.636,0	7.830,6	7.375,7	4.850,2	4.961,3	4.795,4	4.912,2	-
Bônus Euro 2005	3.681,3	4.770,7	4.474,6	4.484,0	4.582,1	4.701,7	4.770,9	4.539,1	4.004,2	4.331,5	4.072,0	4.131,9	4.001,7
Bônus Global 2007	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,8	4.449,8
Bônus Global 2040	15.586,9	20.087,2	18.798,4	18.754,6	18.222,3	18.183,6	18.376,5	17.293,0	14.903,6	15.294,5	14.811,8	15.294,0	15.299,2
Bônus Euro 2007	2.230,2	2.890,2	2.710,8	2.716,5	2.775,9	2.848,3	2.890,3	2.749,8	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3
Bônus Samurai 2006	1.529,6	1.917,5	1.781,4	1.777,2	1.783,5	1.762,2	1.807,1	1.702,1	1.455,1	1.488,4	1.438,6	1.473,7	1.514,3
Bônus Global 2006	4.533,5	5.842,4	5.467,5	5.454,8	5.300,0	5.288,7	5.344,8	5.029,7	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,8	4.449,8
Bônus Euro 2011	2.973,6	3.853,6	3.614,4	3.621,9	3.701,2	3.797,8	3.853,7	3.666,4	3.234,4	3.498,8	3.289,2	3.337,6	3.232,4
Bônus Global 2024	6.497,9	8.374,0	7.836,8	7.818,5	7.596,6	7.580,5	7.660,9	7.209,2	6.213,1	6.376,0	6.174,8	6.375,8	8.824,5
Bônus Samurai 2007	2.039,5	2.556,7	2.375,1	2.369,6	2.377,9	2.349,5	2.409,4	2.269,5	1.940,1	1.984,5	1.918,2	1.964,9	2.019,1
Bônus Global 2005	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5
Bônus Global 2012	3.777,9	4.868,6	4.556,3	4.545,6	4.416,6	4.407,3	4.454,0	4.191,4	3.612,3	3.707,0	3.590,0	3.706,9	3.708,1
Euro Bond 2009	1.486,8	1.926,8	1.807,2	1.811,0	1.850,6	1.898,9	1.926,9	1.833,2	1.617,2	1.749,4	1.644,6	1.668,8	1.616,2
Bônus Global 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.590,0	3.706,9	3.708,1
Bônus Global 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.483,3
Bônus Global 2010	3.022,3	3.894,9	3.645,0	3.636,5	3.533,3	3.525,8	3.563,2	3.353,1	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.284,3	-7.107,4	-6.365,2	-6.313,7	-6.442,1	-6.393,5	-6.697,7	-6.156,8	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9
III. DÍVIDA CONTRATUAL	60.380,5	75.150,2	70.041,2	72.834,3	69.554,3	69.171,0	69.004,9	66.188,9	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	225.519,1	287.814,1	267.911,0	270.128,2	262.688,9	262.654,1	264.538,0	248.698,4	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	17,8%	22,5%	20,8%	20,7%	19,9%	19,6%	19,5%	18,2%	15,3%	15,8%	15,1%	15,3%	14,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Ago/2002	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2003
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	799.952,0	831.903,3	821.160,9	832.223,7	840.972,1	872.999,6	888.560,4	898.891,6	899.117,2	923.238,8	935.539,1	960.282,5	969.585,3
I. Dívida em Mercado	554.480,1	567.886,3	555.039,5	562.713,0	557.205,4	575.019,4	584.485,6	600.951,0	604.538,0	623.511,6	635.669,3	657.069,6	664.970,3
Dívida Securitizada	21.359,4	21.391,5	20.158,4	20.484,0	21.116,1	21.214,9	21.500,7	23.222,3	23.491,1	23.715,4	23.738,1	23.869,8	23.362,8
Certificados de Privatização	26,7	8,0	8,1	7,7	7,5	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2	8,4	8,5	8,7
TDA	2.158,7	2.157,0	2.080,1	2.099,8	2.005,1	1.999,9	1.986,8	1.981,1	1.993,1	2.110,1	2.080,0	2.071,7	2.057,3
LTN	48.187,3	43.031,1	41.016,9	27.862,5	13.583,6	12.118,2	12.720,7	15.575,8	12.201,2	21.489,8	29.914,8	43.421,0	51.588,3
LFT	295.315,3	304.292,9	303.789,9	325.000,7	356.026,5	375.453,2	381.234,3	396.819,0	413.909,0	421.656,9	427.736,1	436.437,7	438.867,0
LFT-A	22.216,8	22.368,9	20.152,6	18.444,4	3.209,0	3.248,3	3.283,5	3.318,6	3.353,8	3.393,9	3.430,6	3.475,3	3.509,6
LFT-B	22.405,4	13.660,8	13.665,2	13.528,3	12.735,4	12.752,4	12.620,6	12.254,3	12.410,1	12.178,8	11.781,8	11.631,0	8.422,6
NTN-A	14.080,5	18.162,3	16.635,4	16.663,5	15.924,8	15.918,7	16.112,8	15.148,9	12.952,5	13.319,7	12.927,9	13.374,4	13.406,4
NTN-B	9.905,3	10.072,6	10.237,8	10.189,4	10.698,5	9.347,3	9.745,0	9.851,8	9.979,0	10.838,9	10.862,3	10.933,9	11.055,0
NTN-C	38.412,9	40.515,6	44.888,8	54.934,2	47.229,8	47.877,9	50.031,3	51.907,5	53.177,9	54.257,5	53.870,4	53.259,8	54.280,9
NTN-D	58.089,5	68.963,3	58.734,3	49.128,6	49.893,5	49.610,6	50.150,5	45.973,7	36.875,1	36.331,0	35.626,0	34.528,7	34.510,5
NTN-H	162,1	162,4	162,9	163,4	163,9	164,7	165,4	166,0	166,7	167,5	168,2	169,0	169,8
NTN-I	1.729,2	1.813,2	1.664,6	1.902,6	1.711,8	1.675,4	1.656,9	1.528,2	1.315,5	1.348,2	1.101,7	1.285,1	1.266,3
NTN-P	2.358,2	2.373,8	2.392,2	2.410,4	2.443,6	2.467,4	2.489,7	2.511,5	2.534,2	2.549,0	2.572,3	2.598,8	2.550,2
CFT-A	11.765,6	11.974,5	12.181,2	12.660,9	13.146,1	13.359,9	13.555,2	13.634,5	13.660,7	13.532,5	13.332,5	13.358,8	13.293,4
CFT-D	3.149,0	3.445,8	3.826,1	3.716,6	3.726,6	3.583,5	3.611,6	3.389,1	2.912,6	2.980,6	2.878,3	2.963,5	2.956,0
Demais	3.158,3	3.492,7	3.445,1	3.516,0	3.583,8	4.219,6	3.612,8	3.660,8	3.597,3	3.633,6	3.639,9	3.682,6	3.665,4
II. Dívida com BACEN	245.471,9	264.017,0	266.121,4	269.510,7	283.766,7	297.980,2	304.074,8	297.940,6	294.579,3	299.727,2	299.869,9	303.212,9	304.615,1
LTN	62.334,0	65.048,6	68.406,5	57.491,8	45.725,0	47.916,1	49.501,2	50.997,4	51.231,1	57.278,6	68.076,3	81.984,8	93.211,8
LFT	101.613,3	102.733,8	106.059,9	121.600,7	141.438,1	153.890,7	157.362,6	155.649,7	163.552,9	161.388,1	153.541,5	141.396,4	131.703,1
LFT-A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-D	76.030,5	90.648,2	85.266,7	84.013,0	90.102,1	89.579,1	90.493,4	84.481,3	72.922,5	74.264,8	71.749,2	73.472,7	73.503,0
Demais	5.494,1	5.586,5	6.388,4	6.405,2	6.501,5	6.594,4	6.717,6	6.812,1	6.872,7	6.795,8	6.502,8	6.359,0	6.197,2
Dívida em Mercado/PIB	43,8%	44,4%	43,0%	43,1%	42,2%	43,0%	43,2%	43,9%	43,5%	44,1%	44,3%	45,1%	45,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Ago/2002	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2003
I. INTERNA	-99.480,4	-101.364,7	-103.516,1	-109.023,6	-110.307,8	-115.124,5	-116.798,7	-119.231,5	-119.722,6	-120.734,4	-120.119,7	-123.144,7	-125.034,0
Dívida contratual	707,8	872,1	813,9	812,9	864,9	844,8	852,9	812,4	727,6	732,4	691,9	705,8	704,3
FAT	-71.322,3	-72.945,5	-73.512,6	-78.749,4	-79.193,9	-81.425,4	-82.491,6	-83.798,2	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4
Aplicações financeiras	-2.761,3	-2.765,3	-3.476,4	-3.330,1	-3.490,4	-3.588,2	-3.689,2	-4.007,2	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5	-4.365,7	-4.577,3
Fundos Regionais	-18.916,2	-19.223,5	-19.674,0	-20.025,3	-20.362,3	-20.503,3	-20.625,1	-21.373,1	-21.511,8	-21.989,5	-22.182,4	-23.086,9	-23.502,0
Demais	-7.188,3	-7.302,5	-7.667,0	-7.731,8	-8.126,1	-10.452,6	-10.845,7	-10.865,5	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2	-11.292,0	-11.425,6
II. EXTERNA	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0
Disponibilidades	-1.182,6	-1.126,4	-1.103,3	-1.248,5	-1.090,9	-1.110,2	-1.137,1	-1.127,4	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-100.662,9	-102.491,1	-104.619,5	-110.272,1	-111.398,8	-116.234,7	-117.935,8	-120.358,9	-120.769,9	-121.703,2	-121.125,4	-124.086,6	-126.007,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,9%	-8,0%	-8,1%	-8,4%	-8,4%	-8,7%	-8,7%	-8,8%	-8,7%	-8,6%	-8,4%	-8,5%	-8,5%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

No mês de agosto de 2003, confirmando a expectativa da Secretaria do Tesouro Nacional, os repasses relativos aos Fundos de Participação para os Estados, o DF e os Municípios foram 31,2% maiores do que aqueles ocorridos no mês anterior, superando, inclusive, a estimativa inicial que previa um crescimento da ordem de 27%.

Os valores repassados até o mês de agosto de 2003, quando comparados ao mesmo período do ano de 2002, ainda são maiores 8,3%, em valores nominais.

Foram divulgados na página do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br) "Leia Mais", Comunicados da Secretaria do Tesouro Nacional sobre o comportamento dos Fundos de Participação, no corrente exercício.

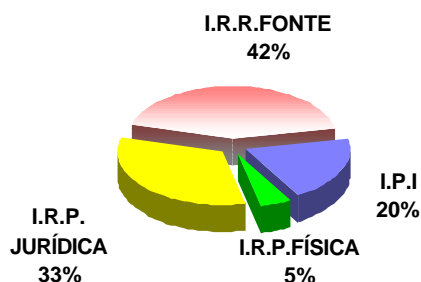
A partir do mês de agosto, as informações relativas à previsão dos Fundos de Participação serão divulgadas pela Coordenação-Geral de Operação de Crédito de Estados e Municípios-COPEM.

Caso necessário os telefones para contato são (0xx61) 412-3116, 412-3023.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **agosto** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

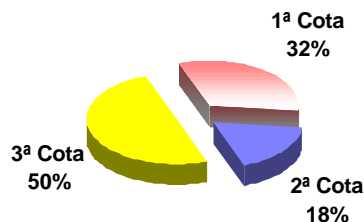
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



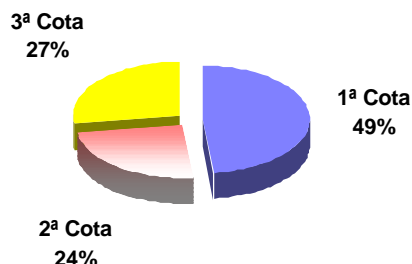
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/03 JUL/03	AGO/03 AGO/02	JAN A AGO/03 JAN A AGO/02
2002	1.496,1	1.580,0	14.239,5	-	-	-
2003	1.919,1	1.462,9	15.424,6	31,2 %	28,3 %	8,3 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/03 JUL/03	AGO/03 AGO/02	JAN A AGO/03 JAN A AGO/02
2002	1.429,6	1.509,8	13.606,6	-	-	-
2003	1.833,9	1.397,8	14.739,1	31,2%	28,3%	8,3%

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 616/02 os créditos no mês de **agosto** foram efetuados nas seguintes datas: **08/08, 20/08 e 29/08**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
AGO	+27,0 %	+31,2%	+27,0 %	+31,2 %	+10,0 %	+6,7 %

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de julho a 20 de agosto, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Jul	400,4	4.567,9	4.968,3						
AGO/2003	1.426,8	5.684,3	7.111,2	AGO/2003	8.529,6	1.558,8	1631,3	122,1	584,5
1º Dec./Ago	690,0	1.604,3	2.294,2	3º Dec./Jul.	4.968,3	908,0	950,2	34,0	333,9
2º Dec./Ago	346,0	921,0	1.267,0	1º Dec./Ago.	2.294,2	419,3	438,8	58,6	161,8
3º Dec./Ago	390,8	3.159,1	3.549,9	2º Dec./Ago.	1.267,0	231,5	242,3	29,4	88,8

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	8.964,89	53.325,83	9,20	11.030,42
AL	38.699,66	64.846,77	301,58	18.661,28
AM	22.808,27	43.496,17	4.195,35	12.843,19
AP	6.168,40	53.185,54	13,47	10.638,75
BA	147.773,70	146.465,99	6.356,86	60.481,69
CE	85.276,81	114.366,06	1.537,92	36.152,23
DF	3.496,51	10.758,69	3,68	2.839,29
ES	28.873,38	23.381,69	4.706,49	11.752,70
GO	59.883,38	44.317,65	1.060,21	19.107,93
MA	65.727,00	112.515,79	1.122,22	40.831,45
MG	212.572,88	69.435,81	13.936,01	57.373,05
MS	24.806,29	20.762,94	903,06	8.693,50
MT	31.021,83	35.975,06	890,19	12.754,29
PA	58.937,48	95.272,57	5.258,19	34.078,60
PB	52.643,35	74.648,37	436,03	22.654,87
PE	83.071,98	107.558,87	819,46	32.435,58
PI	40.420,00	67.361,08	81,91	20.246,50
PR	110.486,41	44.942,72	13.603,46	33.851,27
RJ	48.166,41	23.813,47	9.465,38	16.712,29
RN	40.381,65	65.124,23	441,32	18.841,02
RO	14.726,43	43.888,98	154,02	10.470,56
RR	7.772,04	38.668,63	13,64	8.213,07
RS	110.439,95	36.706,13	19.808,99	33.441,80
SC	63.681,22	19.949,25	12.494,78	18.395,87
SE	24.903,33	64.771,94	61,20	15.935,77
SP	216.987,51	15.587,79	24.419,63	56.999,22
TO	24.831,74	67.651,01	3,91	16.352,58
TOTAL	1.633.522,47	1.558.779,02	122.098,17	641.788,74

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Set/Ago	Out/Set	Nov/Out
FPM	-13,0 %	-1,0 %	-5,0 %
FPE	-13,0 %	-1,0 %	-5,0 %
IPI-EXP	-7,0 %	+15,0 %	+6,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Dez/2002	27/01/03	Abr/2003	27/05/03
Jan a Dez/02	27/01/03	Mai/2003	24/06/03
Jan/2003	20/02/03	Jan a Jun/03	31/07/03
Fev/2003	25/03/03	Jun/2003	31/07/03
Mar/2003	28/04/03	Ago/2003	21/08/03

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de dezembro de 2002, a Portaria STN 616, de 18 de dezembro de 2002, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2003.

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

As Transferências para o FUNDEF no mês de agosto de 2003 apresentaram decréscimo nominal da ordem de 3,8 %, em relação ao mês de julho de 2003. Mesmo com o excelente comportamento dos Fundos de Participação, os valores transferidos nesse mês foram inferiores aos realizados no mês de julho. Observa-se com isso, a importância da arrecadação do ICMS na composição das receitas do Fundo, principalmente nos Estados mais desenvolvidos.

R\$ Mil					
Origens	julho	Partic.	agosto	Partic.	Ago/Jul
FPM	217.720,8	10,3%	285.630,9	14,0%	31,2%
FPE	209.677,5	9,9%	275.078,7	13,5%	31,2%
IPI-EXP	20.201,8	1,0%	21.546,7	1,1%	6,7%
LC 87/96	39.782,7	1,9%	39.782,7	2,0%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	59.249,3	2,8%	19.749,8	1,0%	-
ICMS	1.568.874,3	74,2%	1.394.211,2	68,5%	-11,1%
Total	2.115.506,3	100%	2.035.999,9	100%	-3,8%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao Fundef podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 410-8648, 410-9270, 410-9295
- por meio do Fax (61) 410-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

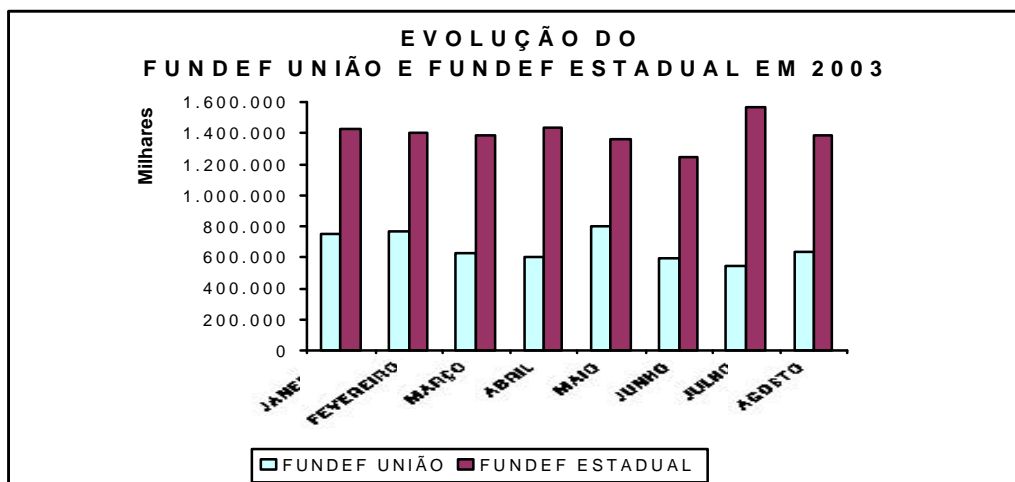
Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116/3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: cofin.df.stn@fazenda.gov.br

AJUSTE DO FUNDEF

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda estará efetuando, brevemente, o ajuste da Complementação da União previsto no § 6º do art. 3º do Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997, relativo ao exercício de 2002.

O referido dispositivo legal dispõe que o "Ministério da Fazenda promoverá os ajustes que se fizerem necessários entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em decorrência do cálculo de complementação efetivamente devida, até 30 dias após a entrega, ao Ministério da Fazenda, dos dados oficiais relativos à arrecadação anual do ICMS do exercício encerrado, de todos os Estados e do Distrito Federal".

O ajuste do FUNDEF será efetivado logo após à assinatura de Portaria pelo Senhor Ministro da Fazenda.



FUNDEF UNIÃO :

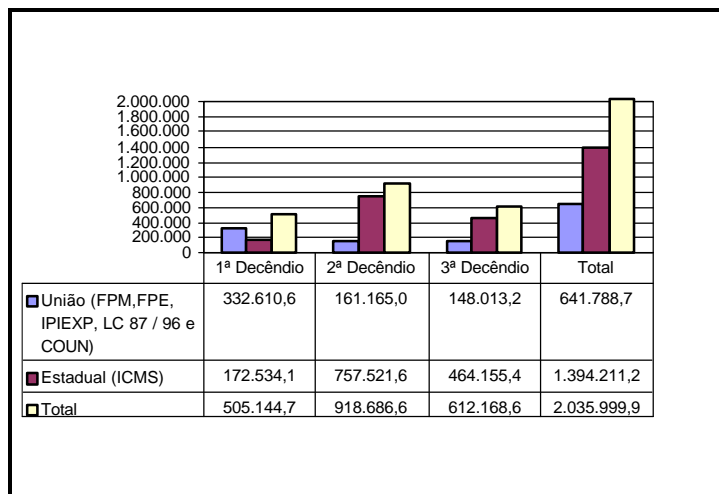
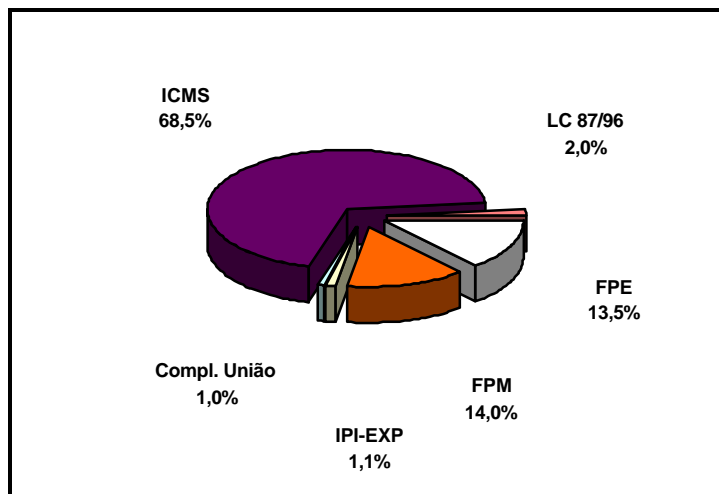
- Origem: FPM, FPE, IPI-Exp., LC87/96 e Complementação da União, quando necessária.

FUNDEF ESTADUAL:

- Origem: ICMS-Estadual

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - AGOSTO/2003 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	142.334	9.410	1.582	2	0	36	2.650	13.680	96,1	764,1
AL	674.791	11.444	6.829	53	0	335	8.577	27.238	40,4	333,2
AM	698.347	7.676	4.025	740	0	402	26.976	39.819	57,0	459,0
AP	122.638	9.386	1.089	2	0	162	1.948	12.587	102,6	816,1
BA	3.440.155	25.847	26.078	1.122	5.953	1.483	67.699	128.181	37,3	308,3
CE	1.666.055	20.182	15.049	271	0	650	34.003	70.155	42,1	343,4
DF(2)	304.072	1.899	617	1	0	323	0	2.839	9,3	75,1
ES	517.896	4.126	5.095	831	0	1.701	36.141	47.894	92,5	644,7
GO	992.400	7.821	10.568	187	0	532	46.446	65.554	66,1	504,2
MA	1.529.025	19.856	11.599	198	8.509	670	13.037	53.868	35,2	290,8
MG	3.308.674	12.253	37.513	2.459	0	5.148	135.365	192.738	58,3	480,6
MS	447.658	3.664	4.378	159	0	493	21.223	29.916	66,8	522,0
MT	567.420	6.349	5.474	157	0	774	30.425	43.180	76,1	565,5
PA	1.559.147	16.813	10.401	928	4.196	1.741	21.487	55.566	35,6	317,3
PB	794.932	13.173	9.290	77	0	115	13.209	35.864	45,1	360,1
PE	1.577.542	18.981	12.772	145	0	538	34.274	66.710	42,3	347,3
PI	730.910	11.887	7.133	14	1.092	120	8.021	28.268	38,7	308,4
PR	1.573.023	7.931	19.498	2.401	0	4.022	84.873	118.724	75,5	604,2
RJ	2.011.227	4.202	8.500	1.670	0	2.340	134.532	151.244	75,2	630,0
RN	567.686	11.493	7.126	78	0	144	14.496	33.337	58,7	466,9
RO	299.607	7.745	2.599	27	0	99	12.471	22.941	76,6	556,5
RR	74.129	6.824	1.372	2	0	15	1.470	9.683	130,6	1.090,3
RS	1.579.414	6.478	19.462	3.496	0	4.006	101.799	135.241	85,6	737,6
SC	887.879	3.520	11.238	2.205	0	1.433	55.205	73.601	82,9	692,2
SE	389.133	11.430	4.395	11	0	100	9.219	25.155	64,6	513,6
SP	5.244.645	2.751	37.569	4.309	0	12.370	471.766	528.765	100,8	818,0
TO	279.768	11.938	4.382	1	0	31	6.900	23.252	83,1	636,3
Total	31.980.507	275.079	285.631	21.547	19.750	39.783	1.394.211	2.036.000	63,7	518,0

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.477, de 12.12.2002. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.